

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio do Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – O Drama, Hoje, do Direito Penal</i>	XVII
<i>Prefácio do Prof. Rui Cunha Martins</i>	XXIX
<i>Apresentação da Prof.ª Maria Auxiliadora Minahim</i>	XXXIII

Titulo I – Propedêutica e Teoria da Lei Penal

Capítulo I – Conceito, Objeto e Método do Direito Penal.....	3
1.1. Delimitação do Estudo e Objeto da Investigação	3
1.2. Conceito de Direito Penal	3
1.2.1. Construção de uma Definição Normativa	3
1.2.2. Significado Político da Definição de Direito Penal	7
1.3. Direito Penal Objetivo e Subjetivo. Crítica da Viabilidade da Distinção	10
1.4. Objeto do Direito Penal	12
1.5. Método do Direito Penal.....	14
1.5.1. Escorço Histórico sobre o Método Penal.....	14
1.5.2. O Método Atual: o Pós-Positivismo	17
1.6. Síntese Conclusiva.....	19
Capítulo II – Escorço Histórico do Direito Penal	21
2.1. Introdução à Notícia Histórica da Formação do Direito Penal.....	21
2.1.1. Direito Penal da Sociedade Primitiva	22
2.1.2. Direito Penal em Roma.....	25
2.1.3. Direito Penal na Idade Média	26
2.1.4. Idade Moderna	30
2.1.5. Direito Penal Liberal: Consolidação da Legalidade	33
Capítulo III – Direito Penal e Estado.....	37
3.1. Apresentação do Tema	37
3.2. Direito Penal e Estado Teocrático.....	37
3.3. Direito Penal e Estado Totalitário.....	43
3.4. Direito Penal e Estado de Direito	48
Capítulo IV – Princípio da Legalidade Penal.....	51
4.1. Considerações Iniciais	51
4.2. Proibição de Analogia (<i>Nullum Crimen Nulla Poena sine Lege Stricta</i>).....	52
4.3. Exigência de Lei Certa (<i>Nullum Crimen Nulla Poena sine Lege Certa</i>).....	55

4.4. Exigência de Lei Escrita (<i>Nullum Crimen Nulla Poena sine Lege Scripta</i>).....	57
4.5. Exigência de Lei Prévia (<i>Nullum Crimen Nulla Poena sine Lege Praevia</i>).....	60
Capítulo V – Lei Penal no Tempo.....	62
5.1. Objeto do Estudo	62
5.2. Abolição do Crime (<i>Abolitio Criminis</i>).....	64
5.3. Retroatividade da Lei mais Benigna (<i>Lex Mitior</i>)	65
5.4. Combinação de Leis (<i>Lex Tertia</i>).....	69
5.5. Ultra-Atividade da Lei Penal (Lei Penal Excepcional ou Temporária)	71
5.6. Questões Pontuais da Aplicação da Lei Penal no Tempo	73
5.6.1. Medidas de Segurança	73
5.6.2. Norma Penal em Branco	74
5.7. Tempo do Crime	75
Capítulo VI – Lei Penal no Espaço.....	78
6.1. Objeto do Estudo	78
6.2. Princípio da Territorialidade	79
6.3. Lugar do Crime	82
6.4. Aplicação Extraterritorial da Lei Penal.....	84
6.4.1. Hipóteses de Extraterritorialidade Incondicionada.....	84
6.4.1.1. Princípio da Defesa ou Real	84
6.4.1.2. Princípio da Justiça Penal Universal aplicado ao Genocídio	86
6.4.2. Hipóteses de Extraterritorialidade Condicionada	87
6.4.2.1. Princípio da Justiça Penal Universal	87
6.4.2.2. Princípio da Nacionalidade	88
6.4.2.3. Princípio do Pavilhão ou da Bandeira	89
Capítulo VII – Lei Penal com Relação às Pessoas.....	91
7.1. Introdução	91
7.2. Imunidades Substanciais.....	93
7.3. Imunidades Formais.....	95
7.3.1. Imunidades Diplomáticas	95
7.3.2. Imunidades Consulares.....	99
7.3.3. Imunidades Parlamentares Formais	100
7.4. Extradicação	100
7.4.1. Conceito e Classificação	100
7.4.2. Casos de Impossibilidade de Extradicação	101
7.4.3. Requisitos da Extradicação	104
Título II – Teoria do Crime	
Capítulo VIII – Conceito de Crime.....	111
8.1. Conceito Criminológico e Jurídico de Crime	111
8.2. Conceito Material de Crime.....	113
8.3. Conceito Formal de Crime.....	116
8.4. Classificações do Crime.....	119
Capítulo IX – A Conduta Humana.....	122
9.1. A Conduta na Teoria do Crime.....	122
9.2. Evolução Dogmática do Conceito de Ação	123

9.2.1. Teoria Causalista da Ação.....	123
9.2.2. Teoria Finalista da Ação.....	125
9.2.3. Teoria Social da Ação.....	128
9.2.4. Teoria Funcionalista da Ação.....	129
9.3. Considerações Críticas sobre as Teorias da Ação.....	131
9.4. Omissão.....	132
9.5. Comissão por Omissão (Omissão Imprópria).....	134
9.6. Ausência de Conduta.....	136
Capítulo X – Nexo de Causalidade.....	138
10.1. Apresentação do Tema.....	138
10.2. Teorias sobre o Nexo de Causalidade.....	139
10.2.1. Teoria da Equivalência das Condições.....	139
10.2.2. Teoria da Causalidade Adequada.....	141
10.3. Posição do Direito Brasileiro.....	141
10.4. Causalidade nos Crimes Culposos.....	144
Capítulo XI – Tipicidade.....	146
11.1. Conceito e Evolução da Tipicidade.....	146
11.2. Função de Garantia da Tipicidade.....	150
11.3. Análise do Tipo Penal.....	151
11.3.1. Sujeito Ativo.....	151
11.3.2. Sujeito Passivo.....	154
11.3.3. Objeto Material.....	155
11.3.4. Elementos do Tipo Penal.....	155
Capítulo XII – Tipo Comissivo Doloso.....	157
12.1. Conceito e Teorias do Dolo.....	157
12.2. Normalização do Dolo.....	158
12.3. Elementos do Dolo.....	160
12.4. Preterdolo.....	162
Capítulo XIII – Tipo Comissivo Culposo.....	164
13.1. Conceito e Teorias da Culpa.....	164
13.2. Espécies de Culpa.....	166
13.3. Formas de Cometimento do Crime Culposo.....	167
13.4. Requisitos da Culpa.....	168
Capítulo XIV – Antijuridicidade.....	170
14.1. A Antijuridicidade na Teoria Geral do Direito.....	170
14.2. Antijuridicidade como Essência do Crime.....	171
14.3. Antijuridicidade como Elemento do Crime.....	174
14.4. Antijuridicidade Formal e Material.....	178
14.5. Antijuridicidade Objetiva e Subjetiva.....	180
Capítulo XV – Exclusão de Antijuridicidade.....	183
15.1. Apresentação do Tema.....	183
15.2. Estado de Necessidade.....	184
15.2.1. Requisitos da Situação de Perigo.....	186
15.2.2. Requisitos da Ação Agressiva.....	189

15.3. Legítima Defesa	190
15.3.1. Repulsa a uma Agressão Injusta, Atual ou Iminente	191
15.3.2. Uso Moderado dos Meios Necessários	193
15.3.3. Direito Próprio ou de Outrem	194
15.3.4. <i>Animus Defendendi</i>	194
15.3.5. Legítima Defesa X Legítima Defesa Putativa	195
15.4. Estrito Cumprimento do Dever Legal	195
15.5. Exercício Regular de um Direito	196
15.6. Problemática do Consentimento do Ofendido	197
15.7. Excesso	198
 Capítulo XVI – Culpabilidade	 200
16.1. Conceito e Fundamentos da Culpabilidade	200
16.2. Evolução do Conceito de Culpabilidade	203
16.2.1. A Culpabilidade no Direito Penal Romano	203
16.2.2. Teoria Psicológica da Culpabilidade	205
16.2.3. Teoria Psicológico-Normativa da Culpabilidade	207
16.2.4. Teoria Normativa Pura da Culpabilidade	208
 Capítulo XVII – Potencial Consciência da Antijuridicidade	 211
17.1. Conceito de Consciência da Antijuridicidade	211
17.2. Classificação da Consciência da Antijuridicidade	213
17.2.1. Consciência da Antijuridicidade Formal	213
17.2.2. Consciência da Antijuridicidade Material	213
17.2.2.1. Consciência da Antijuridicidade como Consciência Ética	214
17.2.2.2. Consciência da Antijuridicidade como Agir Comunicativo	215
17.2.2.3. Consciência da Antijuridicidade como Valoração Paralela na Esfera do Profano	216
17.3. Colocação da Consciência da Antijuridicidade na Teoria do Delito	217
17.3.1. Teoria Estrita do Dolo	217
17.3.2. Teoria Limitada do Dolo	218
17.3.3. Teoria Estrita da Culpabilidade	219
17.3.4. Teoria Limitada da Culpabilidade	220
 Capítulo XVIII – Imputabilidade	 221
18.1. Conceito de Imputabilidade	221
18.2. Análise do Direito Brasileiro	222
18.3. Emoção e Paixão	226
18.4. Embriaguez	227
 Capítulo XIX – Exigibilidade de outra Conduta e sua Exclusão	 230
19.1. Conceito de Exigibilidade de outra Conduta	230
19.2. Inexigibilidade de outra Conduta	231
19.2.1. Obediência Hierárquica	233
19.2.2. Coação Moral Irresistível	233
 Capítulo XX – Erro	 235
20.1. Conceituação de Erro	235
20.2. Espécies de Erro segundo a Dogmática Penal	237
20.3. Erro de Fato e Erro de Direito	239

Capítulo XXI – Erro de Tipo e Erro de Proibição	244
21.1. Conceito de Erro de Tipo	244
21.2. Erro de Tipo Essencial e Erro de Tipo Acidental.....	245
21.3. Conceito de Erro de Proibição	246
21.3.1. Erro de Proibição Direto	250
21.3.2. Erro de Proibição Indireto <i>Versus</i> Descriminantes Putativas Fáticas	251
21.3.3. Erro Mandamental	253
21.4. Escusabilidade do Erro de Proibição	254
21.5. Inescusabilidade do Erro de Proibição.....	255
Capítulo XXII – Crime Consumado e Crime Tentado.....	256
22.1. Apresentação do Tema	256
22.2. Histórico da Tentativa	257
22.3. <i>Iter Crimins</i>	257
22.4. Requisitos da Tentativa	261
22.5. Punibilidade da Tentativa.....	262
22.6. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	264
22.7. Crime Impossível.....	265
Capítulo XXIII – Concurso de Pessoas	267
23.1. Apresentação do Tema	267
23.2. Teorias sobre o Concurso de Pessoas.....	268
23.3. Requisitos do Concurso de Pessoas	269
23.4. Espécies do Concurso de Pessoas	270
23.4.1. Autoria	270
23.4.2. Participação.....	272
23.5. Cooperação Dolosamente Distinta.....	274
23.6. Formas Especiais de Autoria.....	275
23.7. Comunicabilidade das Circunstâncias	276
Título III – Teoria da Pena	
Capítulo XXIV – Conceito e Fins da Pena	279
24.1. Conceito de Pena.....	279
24.2. Fins da Pena	281
24.3. Espécies de Pena	284
Capítulo XXV – Penas Privativas de Liberdade.....	285
25.1. Formação do Conceito de Pena Privativa de Liberdade	285
25.2. Espécies de Penas Privativas de Liberdade	288
25.3. Regimes de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade.....	289
25.4. Progressão e Regressão.....	293
25.5. Exame Criminológico	295
25.6. Regime Especial para as Mulheres	296
25.7. Trabalho do Preso	296
25.8. Remição	298
25.9. Detração	300
25.10. Superveniência de Doença Mental.....	301
25.11. Limite das Penas	301
Capítulo XXVI – Penas Restritivas de Direitos.....	303
26.1. Necessidade de Alternativas à Pena Privativa de Liberdade	303

26.2. Natureza e Requisitos das Penas Restritivas de Direitos.....	304
26.3. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas.....	307
26.4. Interdição Temporária de Direitos.....	309
26.5. Limitação de Fim de Semana.....	311
26.6. Prestação Pecuniária.....	312
26.7. Perda de Bens e Valores.....	314
Capítulo XXVII – Pena de Multa.....	316
27.1. Formação do Conceito da Pena de Multa.....	316
27.2. Sistema de Dias-Multa.....	318
27.3. Análise da Constitucionalidade da Pena de Multa.....	320
27.4. Hipóteses de Aplicação da Pena de Multa.....	321
27.5. Pagamento e Prescrição da Pena de Multa.....	323
27.6. Superveniência de Doença Mental.....	325
Capítulo XXVIII – Aplicação da Pena.....	326
28.1. Apresentação do Tema.....	326
28.2. Circunstâncias Judiciais: Histórico e Fundamento.....	328
28.3. As Circunstâncias Judiciais no Direito Penal Atual.....	331
28.4. Culpabilidade.....	332
28.5. Antecedentes.....	334
28.6. Conduta Social.....	335
28.7. Personalidade.....	336
28.8. Motivos.....	337
28.9. Circunstâncias e Conseqüências do Crime.....	338
28.10. Comportamento da Vítima.....	339
28.11. Circunstâncias Legais.....	339
28.11.1. Circunstâncias Agravantes.....	341
28.11.1.1 Hipótese do Inciso I: Reincidência.....	341
28.11.1.2. Hipótese do Inciso II, “a”.....	343
28.11.1.3. Hipótese do Inciso II, “b”.....	343
28.11.1.4. Hipótese do Inciso II, “c”.....	343
28.11.1.5. Hipótese do Inciso II, “d”.....	344
28.11.1.6. Hipótese do Inciso II, “e”.....	345
28.11.1.7. Hipótese do Inciso II, “f”.....	345
28.11.1.8. Hipótese do Inciso II, “g”.....	346
28.11.1.9. Hipótese do Inciso II, “h”.....	346
28.11.1.10. Hipótese do Inciso II, “i”.....	346
28.11.1.11. Hipótese do Inciso II, “j”.....	346
28.11.1.12. Hipótese do Inciso II, “l”.....	347
28.11.2. Circunstâncias Agravantes no Concurso de Agentes.....	347
28.11.2.1. Hipótese do Inciso I.....	348
28.11.2.2. Hipótese do Inciso II.....	348
28.11.2.3. Hipótese do Inciso III.....	348
28.11.2.4. Hipótese do Inciso IV.....	349
28.11.3. Circunstâncias Atenuantes.....	349
28.11.3.1. Hipótese do Art. 65, Inciso I.....	350
28.11.3.2. Hipótese do Art. 65, Inciso II.....	351
28.11.3.3. Hipótese do Art. 65, Inciso III, “a”.....	351

28.11.3.4. Hipótese do Art. 65, Inciso III, “b”	352
28.11.3.5. Hipótese do Art. 65, Inciso III, “c”	352
28.11.3.6. Hipótese do Art. 65, Inciso III, “d”	353
28.11.3.7. Hipótese do Art. 65, Inciso III, “e”	353
28.12. Causas de Aumento e Diminuição da Pena.....	353
28.13. Aplicação da Pena no Concurso de Crimes	355
Capítulo XXIX – Incidentes na Execução da Pena Privativa de Liberdade	360
29.1. Objeto do Estudo.....	360
29.2. Livramento Condicional	360
29.2.1. Requisitos e Condições do Livramento Condicional.....	361
29.2.2. Revogação do Livramento Condicional	364
29.3. Suspensão Condicional da Pena.....	365
29.3.1. Requisitos do <i>Sursis</i>	365
29.3.2. Formas Específicas de Suspensão Condicional da Pena.....	368
29.3.3. Revogação do <i>Sursis</i>	369
29.3.4. Período de Prova.....	371
Capítulo XXX – Efeitos da Condenação, Reabilitação e Medidas de Segurança	372
30.1. Efeitos da Condenação.....	372
30.2. Reabilitação	377
30.3. Medidas de Segurança	380
Capítulo XXXI – Extinção da Punibilidade.....	385
31.1. Objeto do Estudo.....	385
31.2. Morte do Agente	387
31.3. Anistia, Graça e Indulto	388
31.4. Abolição do Crime	389
31.5. Decadência e Preempção	390
31.6. Renúncia do Direito de Queixa e Perdão do Ofendido.....	391
31.7. Retratação do Agente	392
31.8. Perdão Judicial	393
31.9. Prescrição	394
31.9.1. Prescrição da Pretensão Punitiva <i>in Abstracto</i>	395
31.9.2. Prescrição da Pretensão Punitiva Retroativa	397
31.9.3. Prescrição da Pretensão Punitiva Intercorrente	398
31.9.4. Prescrição da Pretensão Executória	398
31.9.5. Modificações Legais aos Prazos Prescricionais.....	399
Capítulo XXXII – Ação Penal	401
32.1. Conceito de Ação Penal	401
32.2. Notícia Histórica da Ação Penal	403
32.3. Natureza Jurídica da Ação Penal.....	405
32.4. Princípios da Ação Penal	407
32.5. Modalidades de Ação Penal no Direito Pátrio	409